

Vieira, M. H. (2002) "O Conservatório de Música – Professores, organização e políticas, de António Vasconcelos", in *Revista de Educação Musical*, nº 113/114, Julho-Dez. Lisboa: Associação Portuguesa de Educação Musical, pp. 23-27.

O Conservatório de Música – Professores, organização e políticas, de António Vasconcelos. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002. Paperback, 385 pp.

Maria Helena Vieira

mhglv@iec.uminho.pt



A primeira notícia a dar sobre este livro é a de que, infelizmente, ele não é de fácil acessibilidade. A extinção do Instituto de Inovação Educacional (ocorrida no ano passado, na mesma altura da extinção do Instituto Histórico da Educação) tem levado a que as encomendas de edições por ele patrocinadas se eternizem, sem sucesso, nos balcões das livrarias. Trata-se, por certo, de mais um elo na cadeia de relações profissionais, culturais e políticas no âmbito artístico e musical português que Vasconcelos, a páginas 92 do seu livro, e cristalizando talvez a sua tese central, decidiu apelidar de “circularidade da indiferença”. Uma indiferença que envolve o ensino da música no nosso país e que radica em diversos níveis, desde o das políticas ao das organizações, passando pelo do mercado artístico e até pelo dos próprios professores, no que concerne à sua formação e à construção das suas identidades profissionais e pessoais.

O livro consiste na adaptação de uma tese de mestrado em Ciências da Educação, área de Administração Educacional, apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor João Barroso, e insere-se numa linha de “estudos sobre a escola” enquanto objecto social específico, susceptível de uma análise focalizada. A atenção prende-se ao estudo e compreensão das “lógicas de acção” subjacentes aos percursos e decisões dos diversos indivíduos intervenientes no processo educativo ocorrido no (e em volta do) conservatório, enquanto instituição de ensino vocacional da música.

O autor resume assim a complexa problemática que decidiu estudar: “... se pudesse sintetizar numa frase o tema deste trabalho ... diria que ele trata da profissão docente e do conservatório enquanto organização, de como a profissão e a organização se intersectam na construção de uma profissionalidade, nas configurações identitárias individuais, colectivas, organizacionais, em relação às políticas da educação e da cultura” (p. 22).

O trabalho de Vasconcelos concilia duas virtudes essenciais para o sucesso deste tipo de estudos: o rigor e a abrangência. Desde o início, a definição da problemática e a sua contextualização sócio-histórica e sócio-política contribuem para uma delimitação clara do objecto de estudo e do tipo de abordagem pretendido. Por outro lado, a organização do trabalho e a diversidade de estratégias meto-dológicas adoptadas emergem como consequência natural e lógica num estudo complexo que, embora focalizado na escola e nos professores de música do conservatório, se desenvolve sobre as teias de relações estabelecidas entre esses professores, a escola enquanto organização, e as políticas, ao longo dos tempos.

A notória falta de estudos nesta área (que toca as fronteiras dos mundos da música, da educação, da sociologia, do currículo e da administração educacional no nosso país) é um pano de fundo profundamente acolhedor para este trabalho, contribuindo ainda mais para a própria relevância científica que lhe é inerente, e que poderá ser reconhecida por qualquer leitor interessado. Recorde-se aqui, com toda a justiça, o trabalho pioneiro de Graça Boal Palheiros *Educação Musical no Ensino Preparatório – Uma Avaliação do Currículo*, publicado pela APEM em 1993, e que constituiu (se exceptuarmos um conjunto de artigos publicados por diversos autores, sobretudo na segunda metade do séc. XX) a primeira abordagem em livro das temáticas políticas e curriculares relacionadas com o mundo da música e da educação musical no nosso país.

Apesar de Vasconcelos abordar cinco “questões essenciais” ao longo do seu trabalho (apresentação nas pp. 29-30):

1. Características da profissionalidade/identidade dos docentes de música e da sua formação;
2. Actividades exercidas e valorizadas, consoante os diversos modelos identitários encontrados;
3. Finalidades e características distintivas do conservatório enquanto instituição de formação;
4. Interinfluências de diferentes mundos e poderes em presença no conservatório, na sua estruturação enquanto instituição de formação e na construção das diversas configurações identitárias dos professores;
5. Influência das políticas educativas e culturais na construção da identidade do conservatório e das identidades dos seus docentes)

a temática central emergente parece confluir e condensar-se na tentativa de compreensão de um único conceito: o conceito de “identidade”. Qual a identidade ou identidades dos professores de música do conservatório em contraponto com a dos professores de música do ensino genérico e com a dos professores do ensino não-artístico em geral? Eis a questão prioritária neste livro, verdadeiro caudal de inquietação que percorre diversos capítulos, e que reflecte, de alguma maneira, a inquietação quanto às finalidades últimas do conservatório e a “crise de identidade” generalizada entre os professores deste ramo de ensino. Da resposta a esta questão dependem todas as outras respostas, nomeadamente a resposta à questão da própria “identidade organizacional” do conservatório. *Tout court*: são as pessoas que fazem as organizações.

Aspectos como a existência simultânea de diversos perfis profissionais (um perfil de músico, um perfil de professor ou um perfil de músico-professor) no corpo docente dos conservatórios, ou a convivência (mais ou menos pacífica) de diferentes concepções quanto aos géneros musicais a abordar na formação ministrada no ensino vocacional, ou ainda a questão da fronteira entre a especificidade (ensino vocacional e de pendor profissionalizante) e a generalidade (ensino genérico ou para “amadores”): estes são alguns dos pontos mais polémicos que, tendo vindo a constituir, há muito, fonte de tensão e de numerosos “paradoxos” (para usar a terminologia do autor, pp. 321-26), são objecto de investigação histórica e de questionamento aos professores neste estudo. O autor adverte, contudo que, apesar do trabalho empírico incidir aproximadamente sobre cerca de um sexto dos profissionais do ensino vocacional público (os professores do Conservatório de Aveiro), “está fora dos objectivos da investigação a produção de teorias generalizáveis a outros contextos” (p. 22).

É inevitável ao leitor – ou, mais humildemente, foi inevitável para mim enquanto leitora – não procurar neste trabalho conclusões, pistas ou sugestões que pudessem apontar para mais além da mera “ecografia do sistema”. A metáfora médica, aliás, ocorreu-me ao longo de toda a leitura, já que a construção do trabalho se assemelha em muito ao acto médico: uma fase de anamnese, de “história clínica”; um “exame físico” do sistema, exaustivo e intensivo; “hipóteses de diagnóstico” alicerçadas na história e no conhecimento concreto do sistema e dos professores nele intervenientes; os “exames”/inquiridos cujas conclusões vieram (ou não)

confirmar as hipóteses e “questões essenciais” avançadas no início do trabalho; e, finalmente, o “diagnóstico”, apresentado com o carácter sucinto e profissional que convém: “O crescimento desordenado do sector, uma gestão casuística do sistema e alguma incapacidade por parte dos diferentes actores (decisores políticos, escolas, músicos) de construírem a mudança, mergulhou este tipo de ensino num labirinto de opostos, contraditórios, situações paradoxais” (p. 320).

O “prognóstico” (antevisão ou estimativa sobre se as coisas no futuro irão ou não melhorar, como e porquê) e as indicações “terapêuticas” são abordados apenas (como seria de esperar num trabalho e sobre um “paciente em estudo” de naturezas tão complexas) de forma genérica, hipotética e até intersticial ao próprio “diagnóstico”. Como exemplos desse facto: “a integração do ensino da música no sistema geral do ensino (a propósito do DL 310/83) só pode ser bem sucedida se for acompanhada de um suporte legislativo complementar que salvguarde e contemple a especificidade do ensino artístico da música”, p. 322, citando Hall, 1997:14, doc. polic.); “a mudança é reclamada mas não acontece”, p. 324-5; “sendo a dicotomia concentração e descentração uma relação problemática, não pode, contudo, ficar dependente das pressões sociais, culturais e económicas externas que, no limite, podem conduzir a um outro tipo de desconfiguração e fragmentação identitária”, p. 325; “a desintegração do ensino especializado da música não significa necessariamente independência, mas sim a possibilidade de assumir a diversidade e a diferença”, p. 327; “a solução não está em inventar outro modelo alternativo, mas acabar com a própria ideia de modelo, admitindo a diversidade de soluções, a pluralidade de iniciativas e a variedade das formas, de acordo com as características específicas de cada situação”, p. 327, citando Barroso, 1999b:132; são “muito poucos os indivíduos que têm uma visão de conjunto da organização”, p. 328; “Ao formalismo do sistema tradicional é preciso contrapor outra direcção”, p. 329; “a educação artística em geral, e da música em particular, tem recebido muito menos apoios do que a produção, a criação e a distribuição”, p. 83, citando *Interartes*, 1999:29; “A massificação, a falta de objectivos claros sobre a função que deveria desempenhar o músico na actualidade, transformaram estas escolas em espaços vazios imensos ... em estéril especulação técnico-instrumental (a técnica de A é melhor do que a técnica de B, porque põe a mão assim ou assado, se é a escola russa, belga ou chinesa...) e numa inútil e obsoleta formação teórica...”, p. 91, citando Revilla: 1995:68.

Deste longo e difuso “prognóstico intersticial” de apelo à necessidade de mudança resulta a compreensão tácita de que, por parte do autor, a mudança é concebida, *a priori*, como uma valência positiva. O entendimento daquilo que possa ser a “saúde” ou a “doença” do sistema de ensino vocacional da música em Portugal parece assentar, para Vasconcelos, nessa concepção positiva de “mudança”, face à revelada “incapacidade por parte dos diferentes actores ... de a construírem (p. 320). Não deixa de ser compreensível no contexto português, no qual a chamada Reforma de 1930 (Decreto-Lei n.º 18 881 de 25 de Setembro) representou um “cristalizar, durante mais de cinco décadas, (d)o ensino vocacional da música (Palheiros, 1993, p. 40) que a necessidade de mudança se faça sentir a todos os níveis e para todos os intervenientes, quer pragmática, quer subliminamente. Contudo, e seguindo o pensamento de José Alberto Correia sobre a formação de professores na Europa a partir de finais dos anos cinquenta, e num contexto sócio-histórico de expansão económica, “é possível discernir a coexistência conflitual de práticas pedagógicas integráveis teoricamente em três modelos possíveis de encarar o funcionamento da escola num dado contexto social”. São eles um modelo de “reprodução”, um modelo de “adaptação” e um modelo de “mudança” (Correia, 1991, 2.ª ed., 85-6).

Enquanto leitora deste trabalho e interveniente activa no mundo da educação musical em Portugal considero importante fazer um esforço de discernimento no sentido de detectar as áreas gerais e os aspectos específicos onde a desejada “mudança” possa ou deva vir a ser implementada, e aquelas onde a “reprodução” ou a “adaptação” possam, eventualmente, representar uma vantagem, real e abrangente, de longo prazo, e sem demasiadas dificuldades de integração para os professores no terreno. Como afirma Varela de Freitas, “uma reforma muito ampla implica sempre desequilíbrios no sistema educativo, e esses desequilíbrios afectam sobretudo os professores” (Freitas, 2001, p. 19). Isto é particularmente importante no contexto do sistema de ensino da música em Portugal, que se encontra ramificado nas vertentes vocacional, genérica e profissional,

vertentes essas que têm conferido, ao longo da história, passada e recente, poderosos “perfis identitários” aos respectivos professores. Segundo o próprio autor deste livro, é a “ausência e disfuncionalidade (do ensino genérico da música) que conduz a uma procura acrescida da formação especializada por todos aqueles que pretendam uma formação geral mais completa, diluindo a função que sempre esteve ligada ao conservatório: uma formação específica” (p. 305). Assim, e apesar do autor sugerir a ideia, até inovadora, interessante e prática, de que um “incremento na formação cultural dos públicos e conseqüentemente o alargamento potencial da empregabilidade no mercado artístico” (p. 305) possa ser viável e defensável a curto prazo para o bom funcionamento da instituição conservatório (numa espécie de concretização da teoria de que “se não os podes vencer, junta-te a eles”...) - (cf. também p. 175, onde o autor defende aquilo que denomina “concepção alargada de músico” e “cultura de inclusão”), será talvez prudente considerar a hipótese (sublinho: hipótese) de que a verdadeira mudança, a ocorrer, possa ou deva desenrolar-se prioritariamente no ramo genérico do ensino da música, no sentido de aliviar o conservatório da função de tipo “tapa-furos” do ensino genérico que, provavelmente, tem vindo a desempenhar. Esta foi, aliás, uma das conclusões do Relatório Santos Silva: “Do ponto de vista de uma política pública em matéria educativa, o lugar central da formação de “amadores” deve ser o ensino geral, e não o vocacional” (Silva, 1999, p. 64).

No que concerne a eventuais mudanças “não-identitárias”, ou pelo menos que não afectem tão fortemente as “identidades dorsais” instituídas (vocacional/genérico), e que poderiam beneficiar a organização conservatório, Vasconcelos aponta: a necessidade de atender a diferenças geográficas (“centro e periferia”, p. 92), culturais e económicas no que respeita ao acesso a diferentes tipos de música e de formação (p. 322); a importância de superar a “indiferença aos tempos e à tecnologia, (às novas práticas amadoras, rock, canção, jazz...) e às novas formas de produção, gestão, patrocínios, difusão e comercialização de ‘bens e serviços’ ” (p. 323); a necessidade de desenvolver uma articulação da autonomia dos professores de forma a contribuir para uma verdadeira “autonomia de escola” (em vez de “um espaço físico comum em que quase todos os professores têm a sua escola”) (p. 324); a urgência do envolvimento dos professores na mudança educativa enquanto participantes activos do processo curricular (em vez de meros implementadores passivos das directivas do Ministério da Educação) (p. 325); a necessidade de equilibrar as tensões entre o passado ou a memória e o futuro ou a inovação (p. 326); a importância de passar “de um paradigma assente na centralização e na homogeneidade para um caminho de descentralização e reconhecimento da heterogeneidade” (p. 99); a necessidade de formar os professores para integrarem um processo educativo baseado nas “competências” e não nos objectivos ou recursos, tomando por competências a própria capacidade de mobilização desses recursos (p. 132, citando Le Boterf: 1994); a prioridade de desenvolver parcerias entre o conservatório e o maior número possível de instituições exteriores, num processo de “organização em rede” (p. 182) e de “sinergias colaborativas e não impostas” (p. 194); numa palavra, a necessidade de quebrar a “circularidade da indiferença” (p. 92).

A questão da flutuação entre uma estratégia de “reprodução”, “adaptação” ou “mudança” (Correia, 1991, pp. 85-6) não pode ser nunca vista como uma questão globalizante, decisiva ou definitiva num dado momento histórico. Vasconcelos pondera as diferenças substanciais entre as sociedades pré-industriais e pós-industriais na valorização que dão, respectivamente, a uma estrutura de funcionamento burocrático, hierarquizado, piramidal e baseado na autoridade legal, e a uma estrutura associativa, colaborativa, criativa, sinérgica e sistémica (pp. 150-53). O estudo da história do conservatório e os inquéritos realizados aos professores por Vasconcelos revelam que se trata, de facto, de uma organização que, em diversos aspectos, tende a privilegiar a estratégia “reprodutiva”, nomeadamente nos aspectos organizativos, no que diz respeito à tradição de imitação individual de um mestre, e à incidência num repertório tradicional e restrito. Contudo, uma análise detalhada da instituição e do funcionamento do ensino vocacional, não poderá ser descontextualizada do funcionamento geral do sistema de ensino da música, genérico ou profissional, sob pena de, através de uma espécie de sinédoque de um desejo de reforma, se possam propor demasiadas alterações, eventualmente descaracterizantes das instituições e da identidade dos professores, ou envolvendo aspectos que, apesar de projectos, possam estar

a funcionar ou fazer pleno sentido. Vale aqui também a já referida metáfora médica, recordando-nos de que, muitas vezes, para curar uma dor de cabeça, não é a cabeça, mas um qualquer outro órgão, que necessitamos de tratar.

Integrando esta consciência sistémica do todo - a qual, aliás, predomina ao longo da quase totalidade do trabalho de Vasconcelos – emerge a clarividência actual de que assistimos hoje na sociedade ocidental a uma “progressiva passagem de uma ‘regulação da procura’ pela oferta, a uma ‘regulação da oferta’ pela procura” (Barroso, 2003, p. 77). As escolas, o sistema educativo e o Ministério da Educação de qualquer país ocidental parecem hoje, e cada vez mais, reger-se por uma “lógica de mercado” ou por uma estratégia de regulação mercantil. Independentemente de eventuais motivações políticas radicadas em constrangimentos reais, tais como a escassez de emprego, a baixa da natalidade ou a competitividade internacional – aspectos que podem, de facto, exercer pressão para se “passar de um paradigma estritamente musical para um paradigma de ‘sustentabilidade social’ ” (p. 79, citando Hennion, 1988, p. 217), creio que as decisões educativas nunca poderão esquecer de traçar com clareza duas coisas: as finalidades últimas, e eventualmente complementares, das diversas instituições e a linha de garantia de uma oferta educativa variada, incluindo possibilidades de orientação e de especialização vocacionais.

Se a psicologia do desenvolvimento tem sublinhado uma evolução de uma perspectiva meramente naturalista da vocação dos indivíduos para uma perspectiva histórica (com a conseqüente noção de que não há apenas um “caminho a descobrir”, mas um “caminho a construir”, em função de todas as forças exteriores ao longo da vida) (Campos, 1989, pp. 82-85), por outro lado “estima-se que, se (cada indivíduo) seguir a sua vocação, será feliz e dará à sociedade o melhor contributo de que é capaz” (Campos, op. cit., p. 81). A procura do justo equilíbrio entre as vocações individuais (a sua descoberta e o seu encaminhamento) e a forma de sustentabilidade institucional e social do desenvolvimento dessas vocações num dado momento histórico: eis um desafio educativo prioritário que este estudo de Vasconcelos tornou mais evidente no contexto da articulação do ensino vocacional e do ensino genérico da música em Portugal.

Penso que este trabalho deveria ser de leitura obrigatória para todos os professores de música no nosso país, em particular para os professores do ensino vocacional público. Constitui um verdadeiro acervo da principal legislação que tem regido o ensino da música e as instituições de ensino musical portuguesas, bem como uma análise profunda, inteligente, detalhada e honesta das relações entre as políticas, os indivíduos e as instituições, e do funcionamento do sistema de ensino da música no nosso país. O comentário crítico terá sido longo, mas a quantidade e a relevância da informação contida neste volume de 385 páginas pareceram disso merecedoras.

Referências Bibliográficas

- Barroso, J. (2003). Organização e regulação dos ensinos básico e secundário em Portugal: sentidos de uma evolução. *Educação & Sociedade*, 82 (24), pp. 63-92.
- Campos, B. P. (1989). *Questões de Política Educativa*. Porto: ASA.
- Correia, J. A. (1991). *Inovação Pedagógica e Formação de Professores*. Porto: ASA.
- Freitas, C. V. (2001). O currículo do Ensino Básico e as novas perspectivas para a acção organizacional e pedagógica. In C. V. Freitas et al., *A Reorganização Curricular do Ensino Básico – Fundamentos, Fragilidades e Perspectivas*. Porto: ASA.
- Palheiros, G. B. (1993). *Educação Musical no Ensino Preparatório – Uma Avaliação do Currículo*. Lisboa: APEM.
- Silva, A. S. (Org.) (1999). *A Educação Artística e a Promoção das Artes na Perspectiva das Políticas Públicas – Relatório do Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*. Lisboa: documento policopiado.

N.ºs 113, 114
Julho a Dezembro 2002



Revista

de

Educação

Musical



Educação Musical
Revista da Associação Portuguesa de Educação Musical

Propriedade e Administração

Apem, Associação Portuguesa de Educação Musical, Instituição de Utilidade Pública, Representante em Portugal da ISME International Society for Music Education, Rua Rosa Araújo, 6, 3.º 1250-195 Lisboa, Tel. / Fax (351) 213 557 118 Email: apem@apem.jazznet.pt **Direcção da APEM** Pedro Fragoso, Natércia Simões, Paulo Rodrigues, Mafalda Duarte, Francisco Cardoso.

Directora Elisa Lessa, Universidade do Minho **Vice-directores** Graça Boal Palheiros, Instituto Politécnico do Porto, Pedro Fragoso, Instituto Politécnico de Setúbal **Conselho redactorial** Elisa Lessa, Graça Boal Palheiros, Pedro Fragoso, Francisco Cardoso, Manuela Encarnação **Conselho científico** David Hargreaves, Universidade de Surrey, Roehampton, Londres, Elisa Lessa, Universidade do Minho, Graça Boal Palheiros, Instituto Politécnico do Porto, Graham Welch, Universidade de Londres, João Pedro Oliveira, Universidade de Aveiro, José Carlos Godinho, Instituto Politécnico de Setúbal **Design** Amadeu Alvarenga, Universidade do Minho.

Impressão Barbosa & Xavier, Braga **Tiragem** 1200 exemplares **Periodicidade** quadrimestral **Preço por número** Cinco euros **Assinatura anual** Catorze euros.

Registo no SRIP n.º 109959

N.º Depósito legal 88071/95

Apoios:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN



MINISTÉRIO DA CULTURA / IPAE